

1           **MINUTA DA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO**  
2           **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS**  
3           **MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2021 POR**  
4           **VIDEOCONFERÊNCIA**

5           Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta  
6           minutos, deu-se início a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
7           dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6),  
8           realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão dos  
9           seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,  
10           execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de  
11           ausência; **Item II** - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do dia 17/06/2021; **Item**  
12           **III** - Aprovação da Deliberação da Câmara Técnica do Plano Diretor; **Item IV** -  
13           Apresentação: Avaliação, acompanhamento e implementação do PDRH GD6 com  
14           Allan (IGAM); **Item V** - Pronunciamentos dos Coordenadores da Câmara Técnica do  
15           Plano Diretor – CTPD e da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC para  
16           atualizar os conselheiros sobre as metas do Plano Diretor  
17           ([https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2IZHqm-2\\_2IY6e8OiCybrOyl-](https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2IZHqm-2_2IY6e8OiCybrOyl-1?usp=sharing)  
18           [1?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2IZHqm-2_2IY6e8OiCybrOyl-1?usp=sharing)) e a cobrança pelo uso do recurso hídrico; **Item VI** - Encerramento.

19           **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 30 (trinta) membros,  
20           representando 29 (vinte e nove) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria:  
21           **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais**  
22           **de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do**  
23           **Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária**  
24           **Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes**  
25           **Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -**  
26           **PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas -**  
27           **IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**  
28           **do Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria**  
29           **de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José**  
30           **Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Giovanni Adison Grande (Secretaria de**  
31           **Estado de Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Samira**  
32           **Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Antônio Carlos Alvisi**  
33           **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura**  
34           **Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de**  
35           **Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário**  
36           **Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato**  
37           **Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Cláudia de Souza (DME Energética S.A.),**  
38           **Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -**  
39           **FIEMG), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de**  
40           **Poços de Caldas - ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; José Edilberto da**  
41           **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade**  
42           **Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio**  
43           **Grande – ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta**  
44           **Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**  
45           **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana**  
46           **Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**  
47           **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**  
48           **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**

49 **Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e**  
50 **seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de**  
51 **Minas - Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também**  
52 **estiveram presentes os seguintes convidados: Maria de Lourdes Amaral Nascimento**  
53 **(Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão**  
54 **Participativa – GECBH – IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (Gerência de**  
55 **Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa –**  
56 **GECBH – IGAM), Allan de Oliveira Mota (Gerente de Planejamento de Recursos**  
57 **Hídricos – IGAM) e Rosângela Santos (Gerência de Planejamento de Recursos**  
58 **Hídricos – IGAM); Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual**  
59 **agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou**  
60 **a execução do Hino Nacional e convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a**  
61 **secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Na sequência, o presidente**  
62 **Rogério passou para o Item II - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do dia**  
63 **17/06/2021; sem manifestações, a referida ata foi aprovada, passando-se para o Item**  
64 **III - Aprovação da Deliberação da Câmara Técnica do Plano Diretor - CTPD; o**  
65 **Presidente Rogério explicou que esta DN de recomposição para aprovação foi feita**  
66 **para deixar somente os nomes das instituições/entidades como membros da CTPD, ao**  
67 **invés dos nomes dos conselheiros, pois assim não teria problemas quando houvesse**  
68 **troca de conselheiro. E perguntou se todos os membros da CTPD presentes na**  
69 **reunião, gostariam de continuar fazendo parte da CTPD. Neste momento, a conselheira**  
70 **Camilla se manifestou e alegou que, como a Pref. de Muzambinho já participa de outra**  
71 **CT em outro Comitê, se houvesse alguma outra entidade que quisesse substituí-los,**  
72 **não haveria problemas. Porém, o coordenador da CTPD, Antônio Carlos respondeu**  
73 **que é importante a participação da Pref. de Muzambinho na CTPD e a conselheira**  
74 **Camilla concordou em continuar participando da mesma. O conselheiro Newton**  
75 **Eleutério também se manifestou dizendo que se não houvesse outra entidade**  
76 **interessada em fazer parte, que a PMMG continuaria. Sem mais manifestações, a DN**  
77 **de recomposição do Plano Diretor foi aprovada. O Presidente Rogério passou então**  
78 **para o Item IV - Apresentação: Avaliação, acompanhamento e implementação do**  
79 **PDRH GD6 com Allan (IGAM); o gerente Allan agradeceu a presença de todos e o**  
80 **convite para esta apresentação e disse que este trabalho vem sendo feito há algum**  
81 **tempo no CBH do Grande e que trará algumas informações importantes para todos.**  
82 **Disse que trata-se de uma oficina de trabalho e que esta metodologia não é do IGAM e**  
83 **sim do Sistema de gerenciamento de recursos hídricos de monitoramento e**  
84 **acompanhamento, e que estas informações foram coletadas junto com os comitês de**  
85 **bacia. Neste momento, ele abriu a planilha Avaliação, Acompanhamento e a**  
86 **Implementação do PDRH da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-**  
87 **Guaçu e Pardo – CBHGD6 e destacou que o Plano Diretor é um dos instrumentos de**  
88 **gestão da política tanto nacional quanto estadual, de recursos hídricos e que esta**  
89 **apresentação ficará disponível para todos. falará muito da CH que é a antiga unidade**  
90 **de planejamento de gestão de recursos hídricos e que agora, a partir da DN 66 do**  
91 **conselho estadual, passaram a chamar CHs (Circunscrições Hidrográficas), mas é a**  
92 **mesma área, as 36 bacias que já estamos acostumados a trabalhar e em cada uma**  
93 **delas tem um plano diretor de bacia hidrográfica. Disse que o nosso PERH é de 2010 e**  
94 **convidou todos a participarem com suas colaborações, a entender melhor destes**  
95 **processos, pois o plano é feito para a sociedade. Destacou também o instrumento**  
96 **“enquadramento de corpos de água” que considera muito importante, que tem relação**

97 direta com os planos, com outorga de direito de uso, com outorga de lançamento de  
98 efluentes, com licenciamento ambiental, com a cobrança do uso da água e que,  
99 quando tiver agencia aqui na bacia, ele acredita que seria um dos primeiros  
100 encaminhamentos do comitê, a elaboração do enquadramento dos corpos de água.  
101 Outro instrumento é o sistema de informações sobre recursos hídricos e que algumas  
102 bacias já tem, principalmente as que tem agência, que já conseguiram dar os  
103 encaminhamentos, pois é feito em parceria com os técnicos. Neste momento, a  
104 conselheira Maria Teresa interveio e perguntou sobre este enquadramento, se deve vir  
105 junto com o Plano Diretor, por onde se começaria então. Allan respondeu que, para  
106 que seja implementada a cobrança pelo uso da água tem que haver um Plano Diretor  
107 na bacia, pois este plano é para todos entenderem melhor a bacia, seus problemas e  
108 desafios. Já o próximo plano, que provavelmente será elaborado pelos técnicos da  
109 agencia, será um plano chamado de segunda geração, que tem uma realidade e uma  
110 capacidade de execução diferentes. Então, apesar deste atual Plano Diretor já ter 10  
111 anos, boa parte das ações não foram executadas. Mas este não é um caso somente  
112 deste comitê, e sim de vários comitês de Minas e do Brasil. Especificamente sobre o  
113 enquadramento, se ele for feito após o início da cobrança, será até melhor, pois assim  
114 com base no montante arrecadado, poderá dimensionar melhor as ações do  
115 enquadramento. A conselheira Maria Teresa respondeu que nas simulações que já  
116 foram feitas, o valor arrecadado será irrisório. E propôs fazer uma simulação, um  
117 cenário, uma projeção com o que já se tem, para se ter uma certeza do que poderá ser  
118 feito. Allan disse que todos os pontos precisam estar funcionando bem para que se  
119 tenha um bom desenvolvimento para a gestão de recursos hídricos. E mostrou os  
120 valores que comprovam isto, que mesmo onde se tem um valor baixo de cobrança, os  
121 comitês tiveram uma capacidade melhor de execução e de implementação dos planos  
122 de bacia, inclusive quando houve contingenciamento de recursos repassados ao  
123 comitê. A conselheira Ângela interveio e disse que o enquadramento não depende só  
124 dos comitês de bacia, é um instrumento de **gestão pública**, que deve ser aprovado pelo  
125 CERH e o Conselho de Meio Ambiente e por isto deve-se ter um instrumental da área  
126 ambiental de licenciamentos e de uso dos recursos hídricos e que no entendimento  
127 dela, **o enquadramento** seria quase o ápice para se fechar a questão de **gestão** da  
128 bacia e ~~enquadramento~~. Então depende de muita negociação e que isto deve ser mais  
129 amadurecido na CTOC. Allan disse que é exatamente isto, que no Plano Diretor  
130 existem ações para cada um destes instrumentos e que serão analisados um a um e  
131 prosseguiu apresentando as metas, gráficos, mapa das regiões e a execução do Plano  
132 Diretor em cada uma delas, o escalonamento da evolução da legislação ao longo do  
133 tempo, as duas principais que são a 145 do CNRH a DN 54/2017 do Conselho  
134 Estadual, e que ambas colocam conteúdo mínimo e os procedimentos para elaboração  
135 do PDRH. Destacou que, no caso do Plano Diretor, ele é aprovado apenas pelo Comitê  
136 e não mais pelo CERH e o enquadramento é aprovado no comitê e posteriormente no  
137 CERH, não vai no COPAM. Mas que depois vai marcar uma conversa sobre o  
138 enquadramento mais especificamente. Mostrou que o Plano Diretor é sempre  
139 construído em 3 etapas: diagnóstico (dados primários), prognóstico (dados  
140 secundários) e plano de ação (com a participação dos municípios, da população).  
141 Exemplificou os componentes e ações e ressaltou o quanto é importante ter esta visão  
142 para saber monitorar as ações do plano. Com base em tudo isto, foi criado o Aprimora  
143 PDRH, que é o Programa de Aprimoramento de Implementação dos Planos Diretores  
144 de Recursos Hídricos que vem sendo desenvolvido desde 2017 com 4 eixos de

145 atuação: o acompanhamento da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de MG,  
146 o acompanhamento da implementação dos Planos de Recursos Hídricos de MG,  
147 realizar e divulgar estudos técnico-científicos e capacitar os membros do SEGRH.  
148 Explicou que o acompanhamento do Plano é feito através de 2 índices: IPA e ISG e  
149 explicou cada planilha que foi preenchida pelo Comitê, pois desde 2019 vêm fazendo o  
150 monitoramento de cada CBH e explicou que cada indicador representa uma ação do  
151 Plano Diretor, portanto, se tem 1079 indicadores, significa que tem 1079 ações. Este  
152 indicador nada mais é que um norte para o trabalho, para monitorar se as metas estão  
153 sendo atingidas. Então, ao longo do monitoramento, se perceber que algum indicador  
154 está em vermelho, o que significa que a ação não está sendo bem executada, tem que  
155 rever a forma de implementação da mesma. E explicou a importância de se criar os  
156 níveis, pois se uma ação precisa de mais de 5 níveis para ser detalhada, ela não é uma  
157 ação, ela é um problema que tem que ser incluído em um conjunto de ações que vai  
158 ser um problema para ser executado. É um conjunto que define melhor uma ação, o  
159 seu custo e quem vai executar. Como os planos anteriores não traziam os indicadores,  
160 este foi um processo evolutivo para dar sugestões para melhoria destes instrumentos.  
161 Elogiou o nosso plano diretor pois a maioria dos planos que foram feitos depois do  
162 plano do GD6 não traziam estas informações, que dão um horizonte para entender  
163 melhor o que é esperado deste problema. Após a elaboração e a aplicação destes  
164 indicadores, eles inserem os resultados na matriz de análise, e disse que existe uma a  
165 nível de componente e uma a nível de todo o plano. E disse que este ano teve uma  
166 melhora das informações porque os conselheiros participaram mais, houve mais  
167 mobilização e envolvimento, o que deve ser feito sempre. Destacou que estamos  
168 avançando, especialmente na Bacia do Grande e seguiu apresentando os índices e  
169 informações que foram preenchidos nas planilhas IPA e ISG e que podem ser  
170 consultados através do link que ele disponibilizou no Google Drive, inclusive para que  
171 as informações possam ser inseridas durante o ano. Um detalhe importante é que a  
172 medida que a gestão vai evoluindo, os indicadores vão mudando, e muitas vezes  
173 precisam ser ajustados continuamente de acordo com a realidade. No componente 2,  
174 ele destacou os itens 2.3, de coleta de efluentes e o 2.4 de tratamento de efluentes  
175 para que se observe a qualidade da água, e exemplificou uma situação comum, onde  
176 se tem uma coleta alta de efluentes domésticos, mas tratamento quase inexistente. Isto  
177 não quer dizer que vamos atacar as concessionárias ou prefeituras por não estarem  
178 fazendo o que deveriam fazer. O objetivo é criar caminhos para implementação e não  
179 apontar culpados. Se isto está acontecendo na bacia, vamos buscar as causas e tentar  
180 dar os encaminhamentos. A agenda de saneamento é uma agenda parceira para  
181 melhor execução da gestão de recursos hídricos. E explicou que foram incluídos 3  
182 novos indicadores importante, o 2.5 que é o de Planos Municipais de Saneamento  
183 Básico - PMSB para saber quantos existem na bacia e quantos foram implementados,  
184 e explicou que foi incluído agora porque em uma avaliação que está sendo feita de  
185 2017 se percebeu que boa parte dos investimentos feitos com base na cobrança pelo  
186 uso da água na parte de saneamento, foi o apoio na elaboração dos PMSB nos  
187 municípios da bacias. E isto é uma atuação estratégica, pois a partir do momento que  
188 os municípios já possuem os seus planos, eles podem buscar recursos determinados.  
189 Além de que, com base neste plano, o município vai saber melhor qual é a situação do  
190 saneamento. O 2.6 é o repasse dos recursos da cobrança, que foi uma solicitação do  
191 CERH para entende se o recurso da cobrança estava sendo contingenciado ou não. E  
192 isto foi importante para entender que mesmo aqueles recursos que não estavam

193 chegando em sua totalidade, foi possível manter a agência de bacia a curto prazo. E  
194 também o item 2.7 das áreas de conflito, que ele não detalhou pois disse que será  
195 falado depois. Depois passou para o componente 3 que são informações relacionadas  
196 ao Comitê de Bacias, e destacou que o primeiro item do Plano Diretor é o  
197 fortalecimento do Comitê para que ele desenvolva o melhor trabalho possível. Falou  
198 sobre a importância da frequência dos conselheiros titulares e suplentes, destacando  
199 que estes últimos tem direito à fala, somente não tem direito ao voto quando o titular  
200 está presente. E seguiu demonstrando os outros indicadores e exemplificou com  
201 problemas que já ocorreram em outros Comitês. Posteriormente, explicou as matrizes,  
202 onde o cálculo é automático de acordo com as informações que foram inseridas e os  
203 resultados demonstram o percentual alcançado até o momento na bacia. Destacou que  
204 quando não se tem agência de bacia para acompanhar a execução das atividades, isto  
205 pode ser feito pelo IGAM e também pelas universidades, por exemplo. Ou seja, a  
206 intenção é fazer um acompanhamento contínuo para que até o final dos vinte anos do  
207 Plano Diretor, as ações tenham sido totalmente executadas. A conselheira Maria  
208 Teresa interveio e perguntou se estes resultados são da bacia como um todo ou só de  
209 uma parte. Ele respondeu que é como um todo. E prosseguiu demonstrando os demais  
210 indicadores e sua importância para se tenha uma visão geral da bacia. Sobre o  
211 cadastro de usuários, disse que não compensa contratar uma empresa para fazer este  
212 trabalho, pois hoje ficaria de 500,00 a 700,00 por usuário cadastrado e que é melhor  
213 fazer campanhas de cadastro. A conselheira Maria Teresa perguntou se neste caso  
214 não poderia ser feito em conjunto com os órgãos que já fazem estas atuações, como a  
215 PMMG, a Emater, que estão em campo e já tem estas informações. Allan respondeu  
216 que isto é ótimo e pediu que a conselheira Laene explicasse os projetos que a FIEMG  
217 vem fazendo em parceria com os órgãos de Meio Ambiente. Ela disse que o projeto  
218 agora é contínuo, que incorporou o projeto Minas Sustentável e agora tem o FAP em  
219 parceria com a SEMAD. E Allan disse que basicamente o projeto funciona assim: dão  
220 um prazo para que o empreendimento se regularize, a FIEMG dá o apoio técnico  
221 informando qual é o procedimento que este empreendimento tem que se adequar,  
222 durante este prazo a pessoa não é multada porque ela está se adequando e após este  
223 período os fiscais vão lá para verificar se está tudo certo e aquele problema foi  
224 resolvido. A intenção é que novos programas sejam criados desta forma. Disse que  
225 tem outro com a associação de polvilheiros na bacia do Grande, no GD5, e que ele não  
226 sabia do impacto que isto causava no ambiente e esta associação faz o papel que a  
227 FIEMG faz. A conselheira Ângela interveio e colocou dois pontos: em relação ao  
228 cadastro de outorga, disse que tem aqui na bacia a sazonalidade e que por isto, **o CBH**  
229 teria que pensar muito sobre isto. E, em segundo ponto ela questionou qual é o grau  
230 de confiabilidade destas informações **que são apresentadas neste trabalho**, como  
231 são parametrizadas. Allan disse que, com relação à metodologia, ela não é dele mas  
232 que foi adaptada e aprovada pelo CERH e destacou que alguns planos federais foram  
233 feitos em conjunto com a ANA usando este piloto. Com relação às informações, elas  
234 serão refinadas em conjunto com as Câmaras Técnicas de Plano Diretor. Com relação  
235 ao ISG o grau de confiabilidade é de 98%. Os pilares dos indicadores são a  
236 flexibilidade e que eles são mensuráveis. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e  
237 lembrou que este é o primeiro modelo que tem como indicador, que o Brasil nunca tinha  
238 feito isto antes, tem 23 anos de lei deste modelo de gestão participativa  
239 descentralizada e não se organizarem minimamente para fazer um feedback, então  
240 esta proposta de indicadores é referenciada própria ANA porque estão tentando fazer

241 este exercício de dar retorno. E concordou com a Ângela que temos que ter dados  
242 sempre fieis para ter um resultado fiel. A conclusão é que se implementa mal a lei, os  
243 instrumentos de gestão, os planos. O enquadramento e o plano são ferramentas de  
244 planejamento e os outros são de ação. e reforçou que precisamos nos atentar para as  
245 agendas, programas, ações e que se temos um plano, temos que segui-lo. E que isto  
246 tudo é importante até mesmo para a implementação da cobrança agora. Portanto, se  
247 não executar o plano minimamente, todo o trabalho é perdido. Allan continuou  
248 demonstrando os indicadores da planilha, avaliando os pontos a serem melhorados e o  
249 que evoluiu até o momento. Ao final, ele sugeriu a seguinte opção: sentar em uma  
250 mesa e discutir as ações, os temas e disse que a Rosângela vai participar das reuniões  
251 da CTPD daqui pra frente, dando todo o suporte que for necessário para que as ações  
252 sejam tomadas e sugeriu também que a câmara técnica repasse todas as informações  
253 para a plenária, porque só a diretoria não consegue fazer todo este trabalho sozinha. E  
254 futuramente se tudo der certo, irá ter todo este acompanhamento via sistema. Para  
255 entender melhor, ele explicou que no caso do GD6 estão com problemas nos 2 índices,  
256 então tem que ser dado o encaminhamento. De 2011 a 2020 havia previsão de  
257 execução de quase 70% das ações. Não é a pior distribuição, mas também não é a  
258 melhor. Como já tem 10 anos e já tem a necessidade de fazer uma revisão destas  
259 ações, isto não vai afetar tanto, na hora que for discutir cada uma delas pode-se  
260 distribuir isto ao longo do tempo. no geral, quando os planos são revisados, os  
261 problemas são praticamente os mesmos: parte qualitativa (qualidade da água):  
262 impacto, saneamento, lançamento de efluentes. Parte quantitativa (uso em excesso,  
263 uso sem eficiência): os maiores usuários são irrigação, pecuária, abastecimento  
264 público, indústria. Mas não quer dizer que eles são os vilões, pelo contrário, são os  
265 principais autores que podemos trazer para discutir e verificar como podemos apoiar a  
266 melhora da eficiência do uso da água, indicações de como trazer, quais os pontos que  
267 podemos trabalhar. Destacou que uma revisão do plano vai refinar e apontar onde  
268 estão os principais problemas, mas não adianta fazer revisão se não houver condições  
269 de executar continuamente, por isto é muito melhor fazer a revisão quando já tiver a  
270 agência de bacia implantada. A execução será de acordo com a capacidade de  
271 execução, tanto técnica quanto financeira. E pode ser feito inclusive a contratação do  
272 enquadramento já com a revisão do Plano Diretor porque existem as fases de  
273 diagnóstico e prognóstico que são conjuntas, servem para os dois e poderiam ser  
274 utilizadas para os dois e é uma forma de economizar recursos e otimizar o tempo.  
275 Concluiu dizendo que apenas 19,79% do plano foi executada e tem 3 componentes  
276 sem nenhuma execução, mas isto envolve muitos entes externos. O sistema de gestão  
277 de recursos hídricos prevê: a implantação da agência, um programa de educação  
278 ambiental e a elaboração de um sistema, estes são os pontos que tem os que pensar.  
279 Como sugestões para o trabalho, disse que seria acompanhar de forma continua, com  
280 maior participação e envolvimento de todos, inclusive com o acompanhamento do  
281 IGAM. E destacou as ações que necessitam de recursos, cobrança e agência. A  
282 palavra foi passada para o coordenador da CTD, Antônio Carlos, que parabenizou o  
283 Allan pela apresentação e disse que se preocupa com relação à cobrança, que  
284 concorda que ela tem que ser feita, mas que deveriam sim ter uma relação dos  
285 outorgados da bacia. Citou o exemplo da Danone e dos plantadores de batatas que  
286 não tinham esta outorga. Por isto era necessário conhecer quem tem. E destacou a  
287 importância da maior participação das prefeituras e prefeitos no comitê, deles  
288 entenderem o que é o plano diretor, também a participação da ANA, do Ministério do

289 Meio Ambiente, da FUNASA, etc. e ressaltou que sem o apoio do IGAM isto seria  
290 inviável. E disse que não se preocupa com a avaliação do comitê estar ruim, pois isto  
291 motiva a fazer um trabalho cada vez melhor, em conjunto com o IGAM e os órgãos  
292 citados. Allan agradeceu a participação dele e os trabalhos que tem feito como  
293 coordenador da CTPD e continuou apresentando os indicadores e explicou como o  
294 Comitê pode ir melhorando os mesmos. Terminou mostrando a planilha com os valores  
295 preenchidos desde 2018 a 2020. O presidente Rogério agradeceu a apresentação do  
296 Allan e abriu as perguntas, iniciando pelo chat do YouTube, com a pergunta da  
297 internauta Andresa Schpallir: “Quando o município vai ter que refletir o plano de bacias,  
298 como proteger as áreas legais que estão sofrendo pressão econômicas? Onde acessar  
299 esta base de dados e o enquadramento dos nossos rios? Como fazer esta resolução  
300 acontecer aqui na CNRH 145? Artigo 6º Os estudos elaborados referentes ao Plano de  
301 Recursos Hídricos serão divulgados... Sobre a ausência das audiências públicas?”  
302 Allan respondeu que as áreas sujeitas à restrição de uso, basicamente estas áreas que  
303 precisamos ter uma atenção especial, no plano diretor, elas são chamadas de “áreas  
304 sujeitas à restrição de uso”. Disse que a Câmara Técnica vai discutir se esta área  
305 identificada se torna de restrição de uso por tempo ou por tipo de uso ou por uso e  
306 ocupação, vai depender do que o comitê sugerir. Portanto, a primeira opção é o Plano  
307 trazer as áreas de restrição de uso e se identificarem que as informações não são  
308 suficientes, tem que ser contratada a revisão. A segunda opção é o enquadramento  
309 pois ele já mostra que áreas deverão ser mais protegidas (classe 1), as que tem uso  
310 mais comum (classe 2) e as que já tem uma certa degradação (classe 3 ou classe 4). A  
311 partir do momento que já tiver este instrumento já vai dar pra identificar as áreas que  
312 são destinadas na bacia. Com relação à divulgação do Plano, à medida que forem  
313 feitas mais ações, pode-se fazer como tem sido feito no GD7, fazendo oficinas para  
314 envolver mais os participantes (no caso do saneamento por exemplo, chamam as  
315 Prefeituras, concessionárias, população) para discutir sobre os temas. O presidente  
316 Rogério tomou a palavra e agradeceu novamente e destacou a importância de ver o  
317 plano diretor destrinchado e direcionado. Disse que a meta de trabalho do comitê agora  
318 está mais transparente. Logo após, passou para o último item da pauta **Item V -**  
319 **Pronunciamentos dos Coordenadores da Câmara Técnica do Plano Diretor –**  
320 **CTPD e da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC para atualizar os**  
321 **conselheiros sobre as metas do Plano Diretor e a cobrança pelo uso do recurso**  
322 **hídrico;** porém, como o coordenador da CTPD já havia falado anteriormente, ele  
323 passou a palavra para o coordenador da CTOC, Juvenal, que agradeceu ao Allan pela  
324 disposição e pela clareza com que apresentou os indicadores. Ressaltou a importância  
325 de compreendermos bem quais são as ações de responsabilidade do comitê, quais são  
326 as de outros entes e como fazer para acelerar a ocorrência delas. A respeito da  
327 outorga, disse que ela é um instrumento de gestão e a cobrança vai ocorrer somente  
328 sobre os outorgados e não sobre o uso insignificante (pequenos proprietários) e que  
329 isto precisa ficar claro para as pessoas e que este instrumento pode ocorrer  
330 concomitantemente com eventuais alterações no plano diretor e todas são necessárias.  
331 Disse ainda que a cobrança é uma questão dinâmica e que deverão ocorrer mudanças  
332 até a implantação. Sobre o uso insignificante, lembrou de um trabalho (fiscalização)  
333 que fez há 20 anos atrás com os produtores de polvilho da cidade de Cachoeira de  
334 Minas. Disse que ficou muito clara a questão de que todos precisavam tomar cuidado  
335 com os produtores que estavam abaixo. Isto faz com que a maior parte deles busque a  
336 regularização, seja através de outorga ou de uso insignificante. Allan respondeu que,

337 com certeza o impacto dos usos insignificantes serão avaliados novamente em uma  
338 revisão. O Conselheiro José Edilberto chamou atenção e fez a leitura de mais uma  
339 pergunta no chat do Youtube, do internauta Itaymbere PuriCoroados: “Gostaria de  
340 saber quando a COPASA entregará o relatório de contaminação por agrotóxicos na  
341 água que nos vendem!! O Sul de Minas quase toda nenhuma cidade foi avaliada.  
342 Posso participar da próxima reunião?”. O presidente Rogério respondeu que ele pode  
343 enviar um e-mail para o Comitê para que o mesmo seja encaminhado ao representante  
344 da Copasa. Quanto à participar da próxima reunião, ele vai verificar e responder por e-  
345 mail também. José Edilberto pediu ao Allan que falasse sobre esta questão dos  
346 agrotóxicos que já foi pautado em reuniões anteriores, porém o Allan respondeu que  
347 pelo horário, seria melhor deixar para tratar na reunião da Câmara Técnica. Informou  
348 que a Gerência de Monitoramento de Qualidade da Água tem acompanhado, que os  
349 relatórios anuais já trazem a contaminação por tóxicos, mas que seria melhor coletar  
350 informações atualizadas. O presidente Rogério agradeceu a participação de todos e a  
351 produtividade da reunião. Nada mais havendo a tratar, a 2ª Reunião Extraordinária do  
352 CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h05min.

MEMÓRIA